
PARA ENFRENTAR O DESEMPREGO

PEDRO PAULO MARTONI BRANCO

Economista, Diretor Executivo da Fundação Seade

As expectativas para o emprego, neste final de milênio, encontram-se desde logo demarcadas por aspectos restritivos e apresentam-se emolduradas pelos novos paradigmas que, ao longo desta década, vêm produzindo a destruição de centenas de milhares de postos de trabalho na mesma altíssima velocidade em que vão se consumando as fantásticas mudanças ditadas pela terceira revolução industrial.

O sonho tão decantado de que anos seguidos de crescimento econômico a taxas elevadas acabariam mitigando e ao fim resolvendo os nossos crônicos e escandalosos problemas de pobreza e miséria, porque os imensos contingentes lançados no desemprego aberto ou no desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento seriam finalmente incorporados à produção e geração de renda, acaba de revelar-se tão somente um sonho que sequer chegou a tempo de inebriar, aqui no Brasil, algumas noites de encantamento.

Na Europa Ocidental e Estados Unidos, o exponencial desenvolvimento das forças produtivas, no desenrolar deste século, deu-se sob relações entre Estado e sociedade que, malgrado as diferenças significativas entre os modelos praticados, possibilitaram o surgimento de sistemas vigorosos e abrangentes de inclusão social e econômica e uma extensa rede de proteção aos indivíduos e setores fragilizados. No Brasil, ao contrário, a inclusão econômica e social sempre dependeu do padrão de crescimento. Este, por sua vez, dado o seu caráter marcadamente excludente e concentrador, produziu, inclusive em seus momentos mais fecundos, como na época do decantado "milagre", uma plethora de iniquidades que vieram a se tornar dramáticas com a sucessão de anos seguidos de estagnação econômica, crise fiscal, desmantelamento da

já escassa capacidade do setor público de elaborar e gerir ações compensatórias, etc. Assim, enquanto naqueles países se assiste hoje uma intensa luta política decorrente da disputa pela manutenção/retirada de direitos e/ou prerrogativas, aqui no Brasil sequer podemos falar, no caso da imensa maioria dos despossuídos de tudo, de direitos ou privilégios a serem suprimidos.

O resultado é que, em nosso país, convivemos, nos dias que correm, com boas perspectivas para a retomada de um processo sustentado e duradouro de crescimento da economia, porém, contrapostas a um cenário de elevadas taxas de desemprego, exagerada concentração da renda e imensos contingentes de pobres e miseráveis ao desabrigo de qualquer sistema que lhes assegurasse mínima proteção. Mais grave ainda: sob um setor público devastado e inepto para o cumprimento de suas funções básicas e incapacitado de realizar os investimentos indispensáveis em setores essenciais para o desenvolvimento, como nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento, ciência e tecnologia.

E, desta vez, como vêm revelando de forma contundente as estatísticas sobre o mercado de trabalho, o crescimento econômico, por si só, não é capaz de impulsionar soluções para a pobreza e a miséria, senão que está se tornando cada vez mais discriminatório e excludente. No espaço deste artigo, ao menos duas grandes referências devem ser sublinhadas. A primeira, situando o grande divisor de águas representado pela sucessão de medidas de política econômica, decisões empresariais, etc., que redundaram em crescente e continuado processo de maior exposição da atividade local à competição externa e à incorporação dos atuais paradigmas tecnológicos e dos novos processos de gestão, pelas empresas nacionais e

estrangeiras aqui sediadas. Neste caso, cabe recuar ao início da presente década e, ao comparar-se as estatísticas sobre o emprego deste período com os dados referentes à segunda metade da década passada, verifica-se, com contundente clareza, que as taxas médias anuais de desemprego total experimentaram, na Região Metropolitana de São Paulo, segundo a PED da Fundação Seade e Dieese, um crescimento de pelo menos 30%, uma vez confrontados entre si o menor nível alcançado na atual década e a taxa mais elevada da década anterior. É evidente, no caso, que a despeito do maior dinamismo atingido pela economia nos últimos dois anos, estamos diante de um fenômeno estrutural nitidamente demarcado pela presença dos mesmos determinantes que têm feito crescer o desemprego nas economias mais desenvolvidas do planeta, mesmo sob situações de aumento da produção. Particularmente naqueles setores mais expostos à competição e dedicados à absorção das novas tecnologias e métodos de gestão, a produtividade vem se elevando aceleradamente, acompanhada pela queima líquida de postos de trabalho e pela transferência, via terceirização, de ocupações para o setor de serviços. Em outras áreas do setor de serviços, com destaque para as atividades financeiras, a reestruturação já ocorrida e a recém-iniciada eliminou e seguirá eliminando um imenso contingente de postos de trabalho. Profissões inteiras caminham para a obsolescência e desuso, na indústria e nos serviços.

A indústria, na Região Metropolitana de São Paulo, chegou a empregar diretamente 2,09 milhões de trabalhadores em 1986. O ano passado encerrou-se sob uma marca próxima de 1,72 milhão. Mais de 370 mil empregos foram eliminados no período, apenas nesse setor. São postos de trabalho definitivamente perdidos, de níveis salariais mais elevados e que eram cercados por maior estabilidade e grau de formalização. Ressalte-se, a propósito, que o assalariamento com carteira assinada, na indústria metropolitana de São Paulo, sempre esteve acima de 80% do total dos seus empregados, configurando uma qualidade nos vínculos bastante superior à ostentada pelos empregos oferecidos pelo comércio e serviços.

Cabe, assim, uma segunda comparação. É a que diz respeito ao processo também continuado de precarização do mercado de trabalho em nosso país, com abundantes evidências oferecidas pela PED-SP. Em face da ausência de mecanismos mais abrangentes de proteção social, em que se dispõe apenas do seguro-desemprego cobrindo parcela menor do total de desempregados, as estratégias de sobrevivência das famílias pobres e miseráveis acabam invariavelmente implicando uma exagerada pressão de demanda por ocupações, com o engajamento precoce de seus membros à População Economicamente Ativa, agravando um círculo vicioso de degradação em que se sucedem

trabalho intermitente de baixa qualidade, reduzida remuneração e baixa produtividade. Porém, disfarça-se nesta situação boa parte do desemprego total que resulta ocultado pela precariedade da inserção e/ou pelo desalento dos que desistem de procurar emprego porque, além de jamais conseguirem, não podem mais arcar com o financiamento de uma procura que impõe pesados custos de transporte, vestuário, etc. Mas, além desta ocultação, até mesmo na parcela plenamente ocupada da população, acumulam-se as evidências de que avança a precarização, quer porque vem se elevando continuamente o contingente de assalariados sem carteira assinada, quer pelo grande crescimento da quantidade de autônomos. No período 1986-96, cotejando-se as posições referentes aos meses de janeiro, o número de assalariados do setor privado sem carteira assinada cresceu mais de 57% e o de trabalhadores autônomos mais de 51%. Enquanto isso, os assalariados com carteira assinada experimentaram expansão inferior a 3%. Além disso, em contrapartida à retração do emprego industrial, constatou-se notável expansão do setor serviços que, no mesmo período, ofereceu mais de 1 milhão de novos postos de trabalho, configurando um crescimento de 43% sobre o nível existente em janeiro de 1986. Ocorre que a maior parcela desse acréscimo nada mais representa do que a conseqüência direta das iniquidades anteriormente apontadas, já que essa expansão resultou da acomodação de trabalhadores expulsos pela indústria, acrescidos dos que perderam seus empregos em decorrência da automação bancária e ainda de toda sorte de atividades autônomas de mais baixa produtividade exercidas com escassa ou nenhuma qualificação profissional.

Mesmo o grande surto de aquecimento das atividades que sucedeu a criação do real e que sustentou-se até a primeira metade do ano passado, tendo sido responsável por expressivo crescimento da ocupação, já não impede a consumação de um balanço modesto e ratificador das tendências de precarização aqui assinaladas. No caso da indústria, também a partir de dados da PED-SP, se no período julho de 1994 a maio de 1995 foram adicionados 149 mil empregos ao estoque anterior, entre junho de 1995 e março de 1996, 207 mil acabaram eliminados, produzindo um saldo negativo de 58 mil posições destruídas ante o estoque existente em junho de 1994. Já o setor serviços ofereceu 165 mil novos empregos entre julho de 1994 e maio de 1995 e seguiu expandindo, ainda que de forma moderada, as ocupações entre junho de 1995 e março de 1996, quando outros 31 mil empregos foram acrescentados, materializando um saldo adicional, entre julho de 1994 e março de 1996, de 196 mil novos empregos.

No tocante à qualidade dos empregos oferecidos, é importante sublinhar que, em todo o período compre-

dido entre julho de 1994 e março de 1996, enquanto o assalariamento com carteira assinada expandiu-se em apenas 1,2%, o assalariamento sem registro em carteira cresceu 13,2% e o contingente de autônomos ampliou-se em 12,6%. Ou seja, a ocupação cresceu onde a produtividade é mais baixa, o vínculo é mais frágil e os rendimentos são inferiores.

É verdade que o ano de 1995, ao se alinharem as estatísticas de desemprego médio anual total medidas pela PED-SP, corroboradas por idênticos levantamentos realizados em outras regiões metropolitanas do país, também estará exibindo taxas cadentes, se comparadas com os anos de 1992 e 1993, e uma taxa média próxima à verificada em 1994. Estes dados, porém, ainda que reveladores de aspectos positivos da conjuntura recente, não são suficientes para produzir inferências que possam demitir ou desmentir as gravíssimas preocupações que seguem rondando o futuro do emprego em nosso país e cuja superação projeta dilemas para os quais não foram construídas respostas minimamente satisfatórias, ainda mais quando nos vemos inseridos irreversivelmente no cipoal de desafios impostos pela globalização excludente e desigual, sem termos ainda equacionado o enfrentamento da miséria e da pobreza que demarcam nossa paisagem social. Porque, no caso brasileiro, grande parte dos problemas cristalizados no mercado de trabalho são, na verdade, conseqüência de questões sociais não resolvidas em sua esfera própria. A começar pelo fato de que famílias pobres e miseráveis são forçadas a lançar adolescentes e jovens com reduzida escolaridade em busca de ocupações para a complementação da renda familiar. Crescem a evasão escolar e os contingentes de trabalhadores com reduzida ou nenhuma qualificação que irão inserir-se em atividades de baixa produtividade e escassa remuneração, quando os novos paradigmas estão a exigir crescente e elevada qualificação da mão-de-obra. E ampliam-se os contingentes estruturais de pobres e miseráveis. A inversão urgente desta tendência, começando por retirar do mercado de trabalho tantos jovens e adolescentes, além de produzir importante impacto sobre as taxas de desemprego total, estará

sinalizando uma perspectiva de futuro mais favorável. Para isso, entretanto, torna-se urgente a promoção de um novo perfil de distribuição da renda que, se a médio e longo prazos poderá resultar de medidas estruturais decorrentes de políticas públicas em áreas estratégicas, a curto prazo dependerá de ações diretas de enfrentamento à pobreza e à miséria como, por exemplo, aquelas decorrentes de ações do tipo programas de garantia de renda familiar mínima, subordinados a programas de educação básica.

O espaço deste artigo não possibilita exaurir a questão, mas o mesmo não pode ser encerrado sem que se afirme ser também imprescindível, no caso brasileiro, a recuperação da capacidade de financiamento e atuação do setor público, mediante adequadas reformas nas áreas fiscal e tributária e no campo administrativo.

O combate à pobreza e à miséria e a redução das inaceitáveis desigualdades sociais dependem essencialmente de políticas públicas estratégicas, no que se refere tanto às ações requeridas na área social como aos investimentos que seguirão dependendo de uma forte presença estatal para a sua retomada. Destas ações poderão derivar, além de consideráveis avanços na eliminação da miséria e redução continuada da pobreza, a geração de uma importante quantidade de novos empregos, hoje prejudicados pela suspensão de obras, redução dos serviços e pelo quase total comprometimento das receitas com o custeio da máquina e o serviço da dívida governamental.

A construção, em futuro próximo, de uma sociedade próspera e justa, subordina-se no Brasil às transformações que encontram-se em curso. Durante os últimos anos deste século, estarão sendo definidas as chances de se alcançar, ao lado da estabilização duradoura da moeda, um padrão de crescimento econômico voltado para a erradicação da miséria e redução da pobreza. Se o futuro do emprego nos coloca inúmeras questões ainda sem resposta, dispomos de suficientes evidências de que esse futuro sequer poderá ser cogitado numa sociedade marcada por flagrantes iniquidades como as que avultam na cena brasileira.